

A EXPERIÊNCIA DE ACESSO AO SISTEMA DE SAÚDE EM OUTRO PAÍS: REFLEXÕES ESTUDANTIS NA AUSTRÁLIA E NO BRASIL

Ariane Sabina Stieven¹

Cláudio Claudino da Silva Filho²

Denise Consuelo Moser³

Todos os países, em suas organizações sociais, políticas e institucionais, apresentam de algum modo um sistema de saúde para atender as necessidades de sua população. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO), estes sistemas abrangem atividades com o objetivo de promover, restaurar e manter a saúde. Além disso, um sistema considerado minimamente satisfatório deve oferecer serviços de qualidade a todas as pessoas, quando e onde elas precisarem – sejam eles de caráter universal, como o brasileiro, ou não. Esse estudo tem como objetivo geral descrever vivências e refletir experiências de acesso a dois sistemas de saúde diferentes (Australiano e Brasileiro) por graduanda em enfermagem enquanto bolsista de um programa governamental brasileiro. Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e exploratório, na modalidade relato de experiência, baseado em imersão vivencial no Programa “Ciências sem Fronteiras”, instituído pelos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio das instituições de fomento CNPq e Capes, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC. O programa possibilita a completa inserção dos bolsistas na realidade do país de destino. Nesse sentido, a experiência ocorreu na cidade de Wollongong, no estado de Nova Gales do Sul, na Austrália, onde houve residência por dezesseis meses. A matriz de análise deste relato foram as legislações básicas dos sistemas de saúde Brasileiro e Australiano, para de algum modo permitir “comparações”, ainda que preliminares, entre as duas realidades em que as populações estão inseridas, onde elas procuram resolver suas demandas por saúde, e como esses serviços são oferecidos. Percebe-se que a legislação brasileira é internacionalmente elogiada por ser avançada na garantia da saúde como direito de todos e dever do estado, e as políticas e programas

¹ Acadêmica do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Fronteira Sul- UFFS, Campus Chapecó-SC. Bolsista do Programa “Ciências sem Fronteiras”, Edital nº 127/2012 – Reopção Austrália, com estágio na Universidade de Wollongong no período de 08/2013 a 12/2014. Email: nane_stieven@hotmail.com

² Orientador do estudo e Professor. Enfermeiro, Doutorando (UFSC) e Mestre (UFBA) em Enfermagem, Professor Assistente da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó-SC, integrante do Grupo de Pesquisa em Educação em Enfermagem e Saúde (EDEN/UFSC), Colaborador UNA SUS/UFSC Atenção Básica - Programa Mais Médicos e PROVAB, Pesquisador NESCO e EAI/UNIVASF, VSQV/UFBA. Email: claudio.filho@uffs.edu.br

³ Co-Orientadora do estudo e Professora do Curso de Graduação em Enfermagem (UFFS). Doutoranda e Mestre em Educação (UFSC). Universidade Federal da Fronteira Sul- UFFS, Campus Chapecó- SC. Email: denise.moser@uffs.edu.br

brasileiros são unificados via Ministério da Saúde, ou seja, em todo território brasileiro tem-se orientações padrão a serem seguidas, respeitando-se obviamente a autonomia das redes regionalizadas e municipais de saúde. Na Austrália, no entanto, cada estado e território possui uma legislação específica para operacionalização de hospitais públicos. Naquele país, os governos estaduais e territoriais são os responsáveis pela regulamentação dos setores relevantes para a saúde, como a venda e fornecimento de bebidas alcoólicas e tabaco. Na Austrália, assim como no Brasil, consulta-se inicialmente um médico generalista e este encaminhará, se necessário, para um especialista ou hospitais públicos. No Brasil o sistema de saúde público arca, quase sempre integralmente, com as despesas para quem for brasileiro, de modo igualitário inclusive para os estrangeiros em solo brasileiro; já na Austrália os beneficiários são elegíveis a partir de uma tabela (Medicare Benefits Schedule - MBS). Nesse processo de comparação, percebe-se a relevância de programas governamentais e outras iniciativas de inserção em diferentes realidades para além do território nacional, contribuindo para dimensionamento internacional acerca dos avanços e desafios do sistema de saúde brasileiro. Instiga-se, assim, uma formação acadêmica crítica, reflexiva e criativa ao “confrontar” os saberes discentes em cenários distintos em alguns aspectos e convergentes em outros, onde poderá atuar em ambos como futuro profissional.

Palavras-chave: Enfermagem. Cooperação internacional. Intercâmbio Educacional Internacional. Internacionalidade.